



Portugal, Espanha e a nova ordem internacional

Melo Antunes *



OPINIÃO

«A nacionalidade obsessiva é o pecado do poeta que cega — bem sei que havia a solidão das noites mais antigas, caríssimo Fernando — mas quando mais portuguesa é a polidria invisível do olhar da mosca, espécie intermínica.»
Maria Velho da Costa,
Da rosa fixa

1. A divisão internacional do trabalho no mundo contemporâneo é gerador de uma **ordem** económica e social que se caracteriza essencialmente pelos seguintes parâmetros:

— O **mercado capitalista mundial** domina todas as relações de produção e de troca que se verificam à escala internacional.

— As leis do mercado são válidas quer se trate de relações entre **países capitalistas e subdesenvolvidos** quer de países do campo socialista e os mesmos subdesenvolvidos.

— A subsistência do sistema capitalista mundial provoca relações de profunda desigualdade entre diferentes regiões do mundo: por um lado os pobres produtores de matérias-primas e mão-de-obra barata, por outro lado os ricos, transformadores da maior parte das matérias-primas à custa de tecnologias dia a dia mais avançadas e grandes consumidores de produtos cada vez mais sofisticados.

2. Os modelos económicos do capitalismo na fase em que, ultrapassando já a fase clássica do imperialismo (descrita pelos clássicos marxistas) e atingindo o que hoje poderíamos chamar a fase do **transnacionalismo**, introduz, pelo menos, dois tipos de novas contradições:

— A existência de sociedades industriais altamente desenvolvidas (e onde foram abolidas algumas das mais gritantes contradições das sociedades capitalistas na fase clássica da acumulação), mas dilaceradas por **crises** que correspondem a rupturas sociais e culturais, antes de serem económicas e políticas, de uma natureza e dimensões até hoje desconhecidas.

Estas sociedades industriais avançadas localizam-se praticamente todas no hemisfério Norte (digamos mesmo, nas regiões mais setentrionais deste hemisfério). Caracterizam-se, do ponto de vista dos modelos económico-sociais, por serem sociedades de grande consumo

e abundância, sacudidas por «crises» cíclicas (desemprego, inflação, etc.) correspondentes às «crises» observadas nas relações com os países produtores de energia (países onde, de resto, se verificam — caso de países árabes produtores de petróleo — as mais altas taxas de rendimento «per capita» mas onde simultaneamente as populações vivem ainda em situação crónica de subdesenvolvimento).

As rupturas sociais e culturais, visíveis já em muitos casos, potenciais noutros, manifestam-se através de cada vez mais profundos desajustamentos, a nível individual e colectivo, com os modelos de sociedades correspondentes aos modelos de desenvolvimento existentes. Para só falar em sinais visíveis, podem invocar-se os «movimentos de libertação das mulheres», os vários movimentos de juventude, os movimentos ecológicos, etc. Repare-se como o emprego repetido da palavra **movimento** para designar diferentes situações de radical contestação do sistema, em vários domínios, é indicativo da profunda aspiração de **mudanças** estruturais, pondo em causa a sociedade e exigindo alterações qualitativas capazes de engendrar modelos de desenvolvimento alternativos, anunciadores de uma era pós-industrial em que o homem volte a constituir o centro e a razão última do progresso.

— A existência de um mundo de subdesenvolvimento que de certo modo «alimenta» os modelos de desenvolvimento impostos pelos países ricos. Os países pobres, com as suas baixíssimas taxas de crescimento, analfabetismo e a tremenda carência de quadros técnicos e científicos, os baixos índices de saúde, etc., são, no fim de contas, a própria condição da existência dos países ricos.

— Esta situação, imposta pela lógica do mercado capitalista mundial, tem como principais instrumentos as **transnacionais** (assim chamo as multinacionais cujo volume de negócios, extensão de actividades e mercado que dominam ultrapassam os limites, não só nacionais, mas continentais, organizando e explorando malhas de actividades económicas — de produção e consumo — e de comércio internacional que se alargam a todo o planeta, sem distinção, sempre que possível, de regimes políticos e sociais nem discriminações de natureza

za ética ou religiosa. As transnacionais são, assim, os mais diligentes e pragmáticos agentes da coexistência pacífica — elas desenvolvem, de resto, de maneira coerente a sua própria estratégia de relações internacionais em ligação com as políticas externas de grandes potências ou de grupos de países exercendo influências hegemónicas — e eficazes instrumentos de «democracia» no plano racial e religioso — e por isso muitas vezes se reclamam de defensoras dos chamados «direitos humanos»).

— O aprofundamento desta análise leva à conclusão de que a **principal contradição** do mundo contemporâneo é a contradição que se desenvolve segundo um eixo **norte-sul**, opondo «desenvolvidos» e «subdesenvolvidos» e não já a clássica contradição leste-oeste, entre sistemas políticos e sociais diferentes, é **leste e oeste** e não **norte e sul**. Há, portanto, a travar ásperas batalhas no plano ideológico, mas que tendem a formas de entendimento e de superação dos antagonismos, em parte pelas analogias que se manifestam ao nível das aspirações incontidas das massas por modelos sociais e económicos impostos pelo referido mercado mundial (com tudo o que este mercado comporta em termos de relações económicas e de relações sociais e culturais típicas).

3. Entre os países altamente desenvolvidos e os subdesenvolvidos, encontramos um conjunto de países que poderemos classificar genericamente de **países em vias de desenvolvimento** (entre os quais, e apesar das suas diferenças relativas, poderíamos contar Portugal e a Espanha).

A expressão «em vias de desenvolvimento» é, todavia, enganadora, pelos seguintes motivos:

— Por um lado, a existência destes países, na periferia dos países de capitalismo avançado e na sua dependência, continua sendo útil para a conservação do sistema, por várias razões (de ordem económica e política): estes países constituem no seu conjunto uma «zona tampão» entre os «desenvolvidos» e os «proletários» do Terceiro Mundo, desempenhando a função socialmente «rendível» (à escala internacional e segundo os critérios da ordem estabelecida) de classe amortecedora de tensões entre dois extremos sociais (é a «função» da **baixa do Mediterrâneo**, em particular dos países europeus do Sul do continen-

te); são fornecedores eles também (os chamados países em vias de desenvolvimento) de mão-de-obra barata (emigrantes) para execução de tarefas que os nacionais dos países ricos já não aceitam por disporem dos meios (sociais e políticos) que lhes permitem evitar a «subproletarização» — o que significa que os países do Sul da Europa constituem reservas estratégicas sujeitas às leis do mercado internacional do trabalho; os países mediterrânicos são, ainda, seguros importadores de capitais e tecnologias dos países mais «avançados», com a consequente redução do espaço de independência na tomada de decisões autónomas quanto aos projectos de sociedade mais adequados às condições específicas daqueles países (condições sociais, culturais, económicas e políticas); tendências muito semelhantes para o levantamento de barreiras de ordem social e cultural, nos países em vias de desenvolvimento, em grande parte devido aos choques e traumatismos provocados pelas tentativas aceleradas de implantação mecânica nestes países dos modelos de desenvolvimento dos países de capitalismo avançado, sem se tomarem em devida conta os atrasos estruturais relativos, a natureza específica das diferentes formações sociais e culturais, nem se ter feito a crítica séria e profunda dos modelos oferecidos).

4. A lógica do sistema de relações existente é profundamente **conservadora** e tende a abrir, cada vez mais, contradições explosivas no seu próprio seio. Mas o sistema, imposto pela lógica do crescimento das multinacionais e transnacionais e pela lógica do jogo estratégico das relações internacionais (envolvendo tanto os países do campo capitalista como os do campo socialista, mau grado certas experiências isoladas de solidariedade internacional e os esforços feitos no interior do campo dos «não-alinhados», onde algumas experiências importantes se desenvolvem no sentido de uma teorização e uma prática de novas relações internacionais), o sistema tem a sua «coerência» interna, que se destina fundamentalmente a **conservar** e a **reproduzir** indefinidamente os modelos de sociedades existentes e as relações de âmbito internacional, impedindo rupturas capazes de alterar a **ordem** (económica, social e política) que se vive à escala mundial. Apenas um exemplo ilustrativo (entre inúmeros que poderiam

ser apresentados) que pode ser facilmente apoiado em estatísticas oficiais de organismos internacionais: o «serviço da dívida», quer dizer os pagamentos anuais efectuados a título de reembolso de capitais emprestados e de juros sobre o capital ainda não reembolsado representa um encargo cada vez mais pesado para a economia dos países do Terceiro Mundo. De 1967 a 1973, passou de 4 a 11 biliões de dólares. Calcula-se que, durante os anos 80, a dívida acumulada será tal que as transferências de capitais se invertirão: o serviço da dívida ultrapassará o montante do auxílio concedido. Nestas condições, será caso para perguntar quem «auxilia» quem e não tardará a concluir-se que serão os países do Terceiro Mundo a «auxiliar» os países desenvolvidos (1).

5. É um perigoso engano, uma ilusão terrível, pensar-se que os equilíbrios mundiais se vão manter quase indefinidamente, que a visão europeio-centrista do mundo poderá modelar, sem resistências significativas, a actual estrutura de relações internacionais, tanto do ponto de vista económico, como social e político.

Na fase clássica de expansão do capitalismo, as burguesias nacionais dos países mais avançados industrialmente também acreditavam que o colonialismo duraria para sempre e com ele a pedra basilar da sua estratégia de acumulação e crescimento. As lutas de libertação nacional e as consequentes descolonizações alteraram profundamente as condições de funcionamento do capitalismo — não lhe retirando, todavia, a capacidade de se reproduzir e inventar novas formas de expansão (correspondentes à fase clássica do imperialismo).

Muitas coisas estão, efectivamente, em **mudança**. Por isso se fala tanto hoje de **nova ordem económica internacional**, no contexto de um diálogo que vise o estabelecimento de um **novo tipo de relações** estruturais entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos, de forma a progressivamente se irem eliminando as diferenças, as desigualdades e as profundas injustiças, potencialmente geradoras dos mais graves desequilíbrios, tensões e conflitos que a humanidade defrontará. Diálogo que tem de ultrapassar rapidamente a fase declamatória e retórica e de confrontação ideológica, para se converter em séria investigação dos mecanismos concretos que a comunidade internacional terá de pôr em prática para superar as contradições existentes e que afectarão, pelas transformações a que darão lugar, quer os países subdesenvolvidos quer, talvez sobretudo, os desenvolvidos.

6. No estudo, elaboração e definição de uma nova ordem internacional — comportando uma complexa teia de iniciativas políticas e diplomáticas, a par da redifinição

de estratégias no campo das políticas económicas e dos modelos de desenvolvimento — defendo que cabe um importante papel a países de «desenvolvimento intermédio» como Portugal e Espanha (pese, embora, o desenvolvimento desigual entre os dois países).

Países europeus por excelência e que à civilização europeia deram contributos ímpares, a partir, não só, das culturas que endogenamente se desenvolveram na península, mas também e com uma riquíssima originalidade, a partir da experiência universalista dos contactos com outros povos, outras terras, outras civilizações, Portugal e Espanha encontram-se neste momento único de **viragem histórica** em condições privilegiadas de reatarmos uma **tradição** de diálogo fraterno e cooperante com os países de África e América Latina. Com uma condição: é que essa «tradição» seja retomada naquilo que ela tem de mais puro e fecundo, isto é, como instrumento original de «descoberta» de novas formas de convivência pacífica e de novos tipos de relações de igualdade e justiça entre «privilegiados» e «explorados e oprimidos» (e assim a tradição cultural e histórica dos povos peninsulares voltará a cumprir um papel original, único, no estabelecimento de formas superiores de civilização); e nunca venha a ser utilizada como instrumento de penetração neo-imperialista, ao serviço, portanto, dos interesses estratégicos (políticos, económicos e culturais) das grandes potências.

Portugal e Espanha podem, na fase actual, dinamizar, ao nível de relações bilaterais e multilaterais, ao nível de uma intervenção mais activa em organismos internacionais muito diversos (sobretudo no âmbito da ONU e agências especializadas), iniciativas de debate e propostas concretas que procurem dar um novo conteúdo ao chamado «diálogo norte-sul» e criem novas condições (políticas e económicas, em especial) para o aparecimento de soluções alternativas no campo da **cooperação** com os países subdesenvolvidos que tenham em conta, decerto, a necessidade pragmática de defesa de interesses nacionais muito precisos, mas que rasguem novos horizontes no avanço para a construção de um mundo de paz e justiça para todos.

(1) Elementos extraídos de «Les Socialistes et le Tiers Monde» (Berger-Levrault). Obra publicada sob os auspícios do Partido Socialista Francês.

* Presidente da Comissão Constitucional e membro do Conselho da Revolução. Ministro sem pasta dos Negócios Estrangeiros em vários Governos Provisórios. Neste artigo o tenente-coronel Melo Antunes resume os pontos de vista essenciais que expôs na conferência que proferiu recentemente em Madrid no Centro de Estudos Constitucionais.